



C0054055A

CÂMARA DOS DEPUTADOS

RECURSO N.º 33, DE 2015

(Do Sr. Manoel Junior e outros)

Recurso contra a apreciação conclusiva da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei nº 5.240, de 2013, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de Julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil."

DESPACHO:
PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO.

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 58, § 2º, I, da Constituição Federal, c/c o art. 58, § 1º, art.132, § 2º e art. 144 *caput*, todos do Regimento Interno, recorremos ao Plenário contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 5.240, de 2013, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de Julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil”, para que a referida proposição seja apreciada pelo Plenário desta Casa.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 5.240/2013, de autoria do Deputado Damião Feliciano, que “acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de Julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, em 28/05/2015.

Em razão da proposição estar sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II do RICD, em sua tramitação regular, não será encaminhada ao Plenário desta Casa. Entendemos que a proposta tem relevante interesse público e social, sendo necessário maior debate. Portanto, a matéria deve ser levada para a discussão em Plenário.

Sendo assim, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente recurso.

Sala das Sessões, em de maio de 2015.

Deputado Manoel Junior
PMDB/PB



CÂMARA DOS DEPUTADOS
 SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Serviço de Análise de Proposições - SERAP
 (Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 - Fax: 3216-1105 - e-mail: secap.sgm@camara.gov.br)

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55ª Legislatura 2015-2019)

Página: 1 de 3

Proposição: REC 0033/15

Autor da Proposição: MANOEL JUNIOR E OUTROS

Data de Apresentação: 17/06/2015

Ementa: Recurso contra a apreciação conclusiva da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei nº 5.240, de 2013, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de Julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil."

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	070
Não Conferem	003
Fora do Exercício	000
Repetidas	004
Ilégitimas	000
Retiradas	000
Total	077

Confirmadas

1 ADEMIR CAMILO	PROS	MG
2 AELTON FREITAS	PR	MG
3 AGUINALDO RIBEIRO	PP	PB
4 ALAN RICK	PRB	AC
5 ALBERTO FILHO	PMDB	MA
6 ALBERTO FRAGA	DEM	DF
7 ALCEU MOREIRA	PMDB	RS
8 ANDERSON FERREIRA	PR	PE
9 ANÍBAL GOMES	PMDB	CE
10 ÁTILA LIRA	PSB	PI
11 BALEIA ROSSI	PMDB	SP
12 CARLOS ANDRADE	PHS	RR
13 CARLOS BEZERRA	PMDB	MT
14 CARLOS HENRIQUE GAGUIM	PMDB	TO
15 CARLOS MARUN	PMDB	MS
16 CELSO JACOB	PMDB	RJ
17 CELSO PANSERA	PMDB	RJ
18 CÉSAR HALUM	PRB	TO
19 DOMINGOS SÁVIO	PSDB	MG
20 EDINHO BEZ	PMDB	SC
21 EDUARDO BOLSONARO	PSC	SP

22	FERNANDO JORDÃO	PMDB	RJ
23	GUILHERME MUSSI	PP	SP
24	HUGO MOTTA	PMDB	PB
25	JEFFERSON CAMPOS	PSD	SP
26	JHONATAN DE JESUS	PRB	RR
27	JOÃO ARRUDA	PMDB	PR
28	JOSUÉ BENGTON	PTB	PA
29	JÚLIA MARINHO	PSC	PA
30	JUNIOR MARRECA	PEN	MA
31	LAERTE BESSA	PR	DF
32	LÁZARO BOTELHO	PP	TO
33	LELO COIMBRA	PMDB	ES
34	LEONARDO QUINTÃO	PMDB	MG
35	LEOPOLDO MEYER	PSB	PR
36	LINDOMAR GARÇON	PMDB	RO
37	LUIZ FERNANDO FARIA	PP	MG
38	MANOEL JUNIOR	PMDB	PB
39	MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO	PRP	MG
40	MARCELO MATOS	PDT	RJ
41	MARCELO SQUASSONI	PRB	SP
42	MARCOS ROTTA	PMDB	AM
43	MÁRIO HERINGER	PDT	MG
44	MARQUINHO MENDES	PMDB	RJ
45	MARX BELTRÃO	PMDB	AL
46	MISAEI VARELLA	DEM	MG
47	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
48	NELSON MEURER	PP	PR
49	NILTON CAPIXABA	PTB	RO
50	PAES LANDIM	PTB	PI
51	PAULO FREIRE	PR	SP
52	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
53	PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE	DEM	TO
54	RENATO MOLLING	PP	RS
55	RENZO BRAZ	PP	MG
56	ROBERTO ALVES	PRB	SP
57	ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA	PMDB	SC
58	RONALDO BENEDET	PMDB	SC
59	SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
60	STEFANO AGUIAR	PSB	MG
61	ULDURICO JUNIOR	PTC	BA
62	VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP
63	VENEZIANO VITAL DO RÉGO	PMDB	PB
64	VINICIUS CARVALHO	PRB	SP
65	VITOR VALIM	PMDB	CE
66	WALTER ALVES	PMDB	RN
67	WASHINGTON REIS	PMDB	RJ
68	WILSON FILHO	PTB	PB
69	WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE
70	ZÉ GERALDO	PT	PA

PROJETO DE LEI N.º 5.240-A, DE 2013

(Do Sr. Damião Feliciano)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de Julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. MARCOS ROGÉRIO).

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Parecer do relator
- Emenda oferecida pelo relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei acrescenta art. 7º – A à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, de forma a garantir ao advogado férias anuais.

Art. 2º. A Lei nº 8.908, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º - A:

“Art. 7º - A. É direito do advogado o gozo de trinta dias de férias anuais.

§ 1º. A comunicação das férias deve ser efetuada à Ordem dos Advogados do Brasil, com antecedência mínima de trinta dias do seu início.

§ 2º. As formalidades da comunicação serão regulamentadas em provimento do Conselho Federal da OAB.

§ 3º. O advogado, que seja o único representante da parte com procuração nos autos em processo judicial, terá os prazos que corram contra si suspensos pelo período de ausência, mediante juntada do recibo da comunicação feita à OAB.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição busca acrescentar dispositivos à Lei nº 8.908, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de forma a garantir ao advogado o gozo de férias de 30 dias anuais.

Estipula, então, como direito do advogado o gozo de férias, devendo a comunicação das mesmas ser efetuada à Ordem dos Advogados do Brasil, com antecedência mínima de trinta dias do seu início.

Dispõe, ainda, que serão suspensos os prazos judiciais que correrem no período das férias do advogado, desde que o mesmo atue sozinho no feito.

Nossa iniciativa de apresentar o presente projeto de lei em apreço materializa uma antiga reivindicação da classe dos advogados.

É inconcebível que, em um país em que o direito a férias anuais é universal, garantido pela Constituição Federal a todos os trabalhadores, uma classe se veja privada de usufruir de tal direito.

Os advogados são, dessa forma, tratados como cidadãos de segunda classe, que não podem nem, nem mesmo, usufruir do merecido descanso com seus familiares.

Urge, pois, corrigirmos essa flagrante injustiça, garantindo a toda a classe dos advogados o devido exercício desse direito constitucionalmente assegurado.

Esperamos, então, o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação dessa importante inovação em nossa legislação.

Sala das Sessões, em 26 de março de 2013.

Deputado DAMIÃO FELICIANO
PDT-PB

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI N° 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994

Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DA ADVOCACIA

CAPÍTULO II DOS DIREITOS DO ADVOGADO

Art. 7º São direitos do advogado:

I - exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional;

II - a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia; (*Inciso com redação dada pela Lei nº 11.767, de 7/8/2008*)

III - comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis;

IV - ter a presença de representante da OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a comunicação expressa à seccional da OAB;

V - não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB, e, na sua falta, em prisão domiciliar; (Expressão “assim reconhecidas pela OAB” declarada inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal, pela ADIN nº 1.127-8, publicada no DOU de 26/5/2006)

VI - ingressar livremente:

a) nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados;

b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, ofícios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, mesmo fora da hora de expediente e independentemente da presença de seus titulares;

c) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado;

d) em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, desde que munido de poderes especiais;

VII - permanecer sentado ou em pé e retirar-se de quaisquer locais indicados no inciso anterior, independentemente de licença;

VIII - dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado ou outra condição, observando-se a ordem de chegada;

IX - (Inciso declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal, pela ADIN nº 1.127-8, publicada no DOU de 26/5/2006, e pela ADIN nº 1.105, publicada no DOU de 19/9/2011)

X - usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe forem feitas;

XI - reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento;

XII - falar, sentado ou em pé, em juízo, tribunal ou órgão de deliberação coletiva da Administração Pública ou do Poder Legislativo;

XIII - examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos;

XIV - examinar em qualquer repartição policial, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos;

XV - ter vista dos processos judiciais ou administrativos de qualquer natureza, em cartório ou na repartição competente, ou retirá-los pelos prazos legais;

XVI - retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias;

XVII - ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela;

XVIII - usar os símbolos privativos da profissão de advogado;

XIX - recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional;

XX - retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo.

§ 1º Não se aplica o disposto nos incisos XV e XVI:

1) aos processos sob regime de segredo de justiça;

2) quando existirem nos autos documentos originais de difícil restauração ou ocorrer circunstância relevante que justifique a permanência dos autos no cartório, secretaria ou repartição, reconhecida pela autoridade em despacho motivado, proferido de ofício, mediante representação ou a requerimento da parte interessada;

3) até o encerramento do processo, ao advogado que houver deixado de devolver os respectivos autos no prazo legal, e só o fizer depois de intimado.

§ 2º O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer. (Expressão “ou desacato” declarada inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal, pela ADIN nº 1.127-8, publicada no DOU de 26/5/2006)

§ 3º O advogado somente poderá ser preso em flagrante, por motivo de exercício da profissão, em caso de crime inafiançável, observado o disposto no inciso IV deste artigo.

§ 4º O Poder Judiciário e o Poder Executivo devem instalar, em todos os juizados, fóruns, tribunais, delegacias de polícia e presídios, salas especiais permanentes para os advogados, com uso e controle assegurados à OAB. (Expressão “e controle” declarada inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal, pela ADIN nº 1.127-8, publicada no DOU de 26/5/2006)

§ 5º No caso de ofensa a inscrito na OAB, no exercício da profissão ou de cargo ou função de órgão da OAB, o conselho competente deve promover o desagravo público do ofendido, sem prejuízo da responsabilidade criminal em que incorrer o infrator.

§ 6º Presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB, sendo, em qualquer hipótese, vedada a utilização dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.767, de 7/8/2008)

§ 7º A ressalva constante do § 6º deste artigo não se estende a clientes do advogado averiguado que estejam sendo formalmente investigados como seus partícipes ou co-autores pela prática do mesmo crime que deu causa à quebra da inviolabilidade. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.767, de 7/8/2008)

§ 8º (VETADO na Lei nº 11.767, de 7/8/2008)

§ 9º (VETADO na Lei nº 11.767, de 7/8/2008)

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO

Art. 8º Para inscrição como advogado é necessário:

.....
.....

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.240 visa acrescentar o artigo 7-A ao Estatuto da Advocacia, de modo a assegurar ao advogado o gozo de trinta dias de férias anuais. Eis o teor do dispositivo:

Art. 7º - A. É direito do advogado o gozo de trinta dias de férias anuais.

§ 1º. A comunicação das férias deve ser efetuada à Ordem dos Advogados do Brasil, com antecedência mínima de trinta dias do seu início.

§ 2º. As formalidades da comunicação serão regulamentadas em provimento do Conselho Federal da OAB.

§ 3º. O advogado, que seja o único representante da parte com procuração nos autos em processo judicial, terá os prazos que corram contra si suspensos pelo período de ausência, mediante juntada do recibo da comunicação feita à OAB.

O nobre autor, Deputado Damião Feliciano, salienta a necessidade de se garantir ao advogado um período anual de descanso. Conforme destaca, embora as férias sejam asseguradas na Constituição Federal a todos os trabalhadores, a atual sistemática dos prazos processuais não possibilita ao advogado o gozo deste direito.

Não foram apresentadas emendas.

Compete a esta Comissão o exame quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito nos termos regimentais.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos exatos termos dos artigos 22, inciso I, 48 e 61, todos da Constituição da República. Não há nada a reparar quanto à constitucionalidade material.

No tocante à juridicidade, o meio escolhido é adequado para atingir o objetivo pretendido, o conteúdo possui generalidade, inova no ordenamento jurídico e é harmônico com os princípios gerais do Direito.

A técnica legislativa está em plena harmonia com as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao mérito, é importante esclarecer que embora o novo Código de Processo Civil, que entrará em vigor a partir de 17 de março de 2016, possua finalidade parecida à pretendida pela presente proposição, o artigo 220 da Lei nº 13.105, de 2015, trata apenas da suspensão de prazo no período de 20 de dezembro e 20 de janeiro. O referido dispositivo não permite a escolha de outro período para gozo de férias por parte do advogado.

Assim, a proposta merece todos os aplausos. O exercício da advocacia representa a prestação de serviço de inegável interesse público e social, valendo lembrar que, nos termos do artigo 133 da Lei Maior, o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.

Não se pode olvidar que os advogados, assim como todo e qualquer profissional, necessitam de um período de repouso sob pena de ter comprometida a própria atividade desempenhada. Há, neste sentido, uma justa demanda da categoria pela suspensão dos prazos processuais durante o período voltado ao gozo das férias. A sistemática atual, a exigir o constante monitoramento dos processos em curso na primeira e segunda instâncias, impede o efetivo descanso.

No mais, a suspensão dos prazos solicitada não prejudicará a celeridade processual, pois bem se sabe, atualmente, ser a demora na prestação jurisdicional muito mais consequência da elevada quantidade de feitos nas varas e secretarias dos tribunais do que resultado de eventual prazo concedido ao patrono da causa.

Ademais, para evitar que o processo seja prejudicado com pedidos sucessivos de suspensão, apresento emenda que impede que o mesmo processo seja suspenso, dentro do período de um ano, por mais de uma vez, ainda que o advogado o substabeleça sem reserva de poderes.

Em relação à técnica legislativa, esclareço apenas não ser adequado o uso de ponto após o numeral indicativo de artigos e parágrafos.

Ante o quadro, meu voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto Lei nº 5.240, de 2013. No mérito, pela aprovação, com emenda.

Sala da Comissão, em 09 de abril de 2015.

Deputado MARCOS ROGÉRIO
Relator

EMENDA Nº 1

Acrescenta-se o parágrafo 4º ao artigo 7º-A do Projeto de Lei nº 5.240/2013.

§ 4º. O mesmo processo não poderá, dentro do período de um ano, ser suspenso por mais de uma vez, ainda que o advogado o substabeleça sem reserva de poderes.

Sala da Comissão, em 09 de abril de 2015.

Deputado **Marcos Rogério**
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda, do Projeto de Lei nº 5.240/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Marcos Rogério.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Arthur Lira - Presidente, Aguinaldo Ribeiro, Osmar Serraglio e Veneziano Vital do Rêgo - Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Altineu Côrtes, André Fufuca, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Bacelar, Betinho Gomes, Bruno Covas, Chico Alencar, Cristiane Brasil, Danilo Forte, Décio Lima, Esperidião Amin, Evandro Gussi, Fausto Pinato, Giovani Cherini, Jhc, João Campos, José Carlos Aleluia, José Fogaça, Júlio Delgado, Juscelino Filho, Jutahy Junior, Luciano Ducci, Luiz Couto, Marco Tebaldi, Marcos Rogério, Padre João, Pastor Eurico, Paulo Magalhães, Paulo Teixeira, Pr. Marco Feliciano, Raul Jungmann, Rodrigo Pacheco, Ronaldo Fonseca, Rossoni, Tadeu Alencar, Wadih Damous, Daniel Almeida, Delegado Éder Mauro, Delegado Waldir, Hildo Rocha, Laudívio Carvalho, Lincoln Portela, Marcio Alvino, Marx Beltrão, Odelmo Leão, Paulo Freire, Professor Victório Galli, Reginaldo Lopes, Rubens Otoni, Silas Câmara, Valtenir Pereira, Vitor Valim e Wellington Roberto.

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2015.

Deputado ARTHUR LIRA
Presidente

**EMENDA ADOTADA PELA CCJC
AO PROJETO DE LEI N° 5.240, DE 2013**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil

Acrescenta-se o parágrafo 4º ao artigo 7º-A do Projeto de Lei nº 5.240/2013.

§ 4º. O mesmo processo não poderá, dentro do período de um ano, ser suspenso por mais de uma vez, ainda que o advogado o substabeleça sem reserva de poderes.

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2015.

Deputado ARTHUR LIRA
Presidente

FIM DO DOCUMENTO